

COMPADRIO E APADRINHAMENTO DE ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE, 1772 – 1800

Luciano Costa Gomes¹

Neste trabalho abordaremos alguns aspectos relativos à prática de escolha de padrinhos e compadres entre escravos em Porto Alegre, nos anos finais do período colonial. O batismo é o ato religioso que introduz o indivíduo na comunidade cristã. No império português, o ritual tornara-se particularmente importante, pois se constituiu como um pré-requisito para a participação na comunidade política – mesmo para os escravos na colônia americana². O compadrio e o apadrinhamento surgidos na pia batismal, por fim, caracterizavam-se como mecanismos de criação de vínculos espirituais e sociais entre pessoas, muitas destas oriundas de grupos diferentes, de modo a reforçar as redes clientelísticas. Justamente pela importância deste ritual no cotidiano dos súditos da Coroa portuguesa, os livros de batismos tornaram-se, hoje, uma das fontes seguras para o estudo da sociedade brasileira no período colonial e imperial³.

Nosso banco de dados conta com o registro de 1120 batismos de crianças e adultos escravos ocorridos em Porto Alegre, entre 1772 e 1800⁴. As informações disponíveis dizem respeito aos senhores dos escravos, à condição de filiação das crianças (se eram filhos naturais ou legítimos) e à origem, condição jurídica e cor dos envolvidos⁵.

Antes de iniciar nossas análises, apresentaremos algumas informações relevantes. Porto Alegre foi elevada à condição de freguesia no ano de 1772 e, à vila, em 1808. Tal recorte temporal

¹ Mestre em História (PPGH – UFRGS). Contato: prof.lucianocg@gmail.com.

² Ao tratar do interesse dos escravos pelo batismo na América Portuguesa, Sheila de Castro defende que a ideia de “aculturamento” deve ser negada. A cidadania católica era requisito básico para a sobrevivência na Colônia. Negar o domínio seria acintoso e representaria um confronto direto. Isso não significa, entretanto, que na vida cotidiana outras crenças e costumes não estivessem presentes” (FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 306).

³ GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João (Org.). *Escravidão & Invenção da Liberdade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 33-59; FARIA, *A Colônia em movimento...*, *Idem*, p. 304ss.

⁴ O número de pessoas registradas não coincide com o de registros do livro, pois há casos de crianças gêmeas e de escravos adultos batizados em conjunto.

⁵ Foram excluídos os filhos de moradores de outras localidades, em sua maioria de Triunfo. Foram possíveis dois procedimentos de “correção” dos dados, ambos relacionados aos padrinhos e madrinhas. O primeiro diz respeito aos indivíduos que conseguimos identificar, os quais tiveram seus registros padronizados; a segunda, se refere àqueles que contam apenas com um nome, sem constar qualquer outro dado (por exemplo: “João e Maria, padrinhos”), os quais passaram a ser considerados como escravos.



corresponde ao período de formação da localidade, o qual ocorreu dentro do contexto do *renascimento agrícola* vivenciado pela América portuguesa em fins do século XVIII⁶. Os escravos representavam um contingente muito expressivo da população local: entre 1780 e 1802, os cativos passaram de cerca de um terço para quatro quintos da população. A população de Porto Alegre cresceu vertiginosamente, em grande medida devido ao tráfico. Entre os anos de 1780 e 1802, os cativos conheceram uma taxa de crescimento de 4,9% anuais, valor muito superior aos 2% referente à população livre. Esta taxa não indica outra coisa senão o desembarque constante e intenso de levadas de homens e mulheres recém retirados da África. Uma parcela expressiva dos chefes de fogo escravarias, majoritariamente pequenas. Entre 1779 e 1792, não menos de 50% dos domicílios apresentava escravos, sendo que um mínimo de 92% destes possuía até 9 cativos. Estes dados são fortes indicadores do caráter escravista da capital do Rio Grande de São Pedro, logo em seus primeiros anos de existência⁷.

Porto Alegre contava com uma clara distinção entre uma área urbana e outra rural já no ano de 1782. Na primeira, encontravam-se os funcionários reais, comerciantes, artesãos ou outros indivíduos recém-chegados à localidade, muitos vindos de outros pontos da América portuguesa. Nessa região encontravam-se dois terços da população, incluído dois terços dos cativos da freguesia. A área rural, por outro lado, era formada majoritariamente por famílias nucleares dedicadas à agricultura. De modo geral, as escravarias rurais tendiam a ser maiores que as urbanas (mediana de, respectivamente, 4 e 2 cativos por proprietário).

Para entender a formação das famílias escravas, o tamanho da escravaria mostrou-se uma variável importante. Quanto maior a posse, maior era a frequência de crianças, assim como eram mais constantes os batizados filhos de pais casados. Como as escravarias rurais eram maiores, resulta que nestas eram mais comuns as famílias nucleares. No ambiente urbano, com suas escravarias menores, predominaram as mães não casadas acompanhadas de seus filhos. De maneira geral, as escravas africanas casadas, nas maiores posses, tendiam a ter mais filhos que as escravas coloniais em igual situação. Indica-se, portanto, um caráter étnico na formação das famílias de

⁶ Sobre o assunto, ver SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 337ss, que trata do caso baiano. Sobre a situação verificada no Rio de Janeiro, conferir FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 92ss. Para o Rio Grande de São Pedro, ver OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 183ss.

⁷ Estes dados são encontrados no primeiro e no terceiro capítulos de nossa dissertação: GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 – 1802*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2012.



Porto Alegre, tal como ocorreu em outras localidades da América portuguesa⁸.

Iniciaremos nossa análise pela distribuição anual dos batismos ao longo do período proposto. As frequências anuais de batismos podem, em alguma medida, indicar a própria intensidade do comércio de escravos. Na paróquia de São José do Rio de Janeiro, entre 1803 e 1820, Roberto Guedes Ferreira constatou que o número de batismos de escravos acompanhou o volume do tráfico, motivo pelo qual concordou com a suposição de José Góes de “que cada mulher africana aqui desembarcada era uma provável mãe de escravos crioulos”⁹.

Ao acompanharmos a frequência de batizados anualmente realizados em Porto Alegre, apresentada no gráfico seguinte, poderemos delinear os efeitos causados pelo tráfico sobre os padrões de natalidade da população cativa da freguesia. Apresentamos, pois, a distribuição de batismos por ano, associada às projeções de desembarque de africanos no porto do Rio de Janeiro no mesmo período, realizadas por Nireu Cavalcanti a partir dos rendimentos dos direitos da Guarda da Costa¹⁰.

⁸ Ver o sexto capítulo de nossa dissertação. Gomes, *Uma cidade negra...*, *idem*.

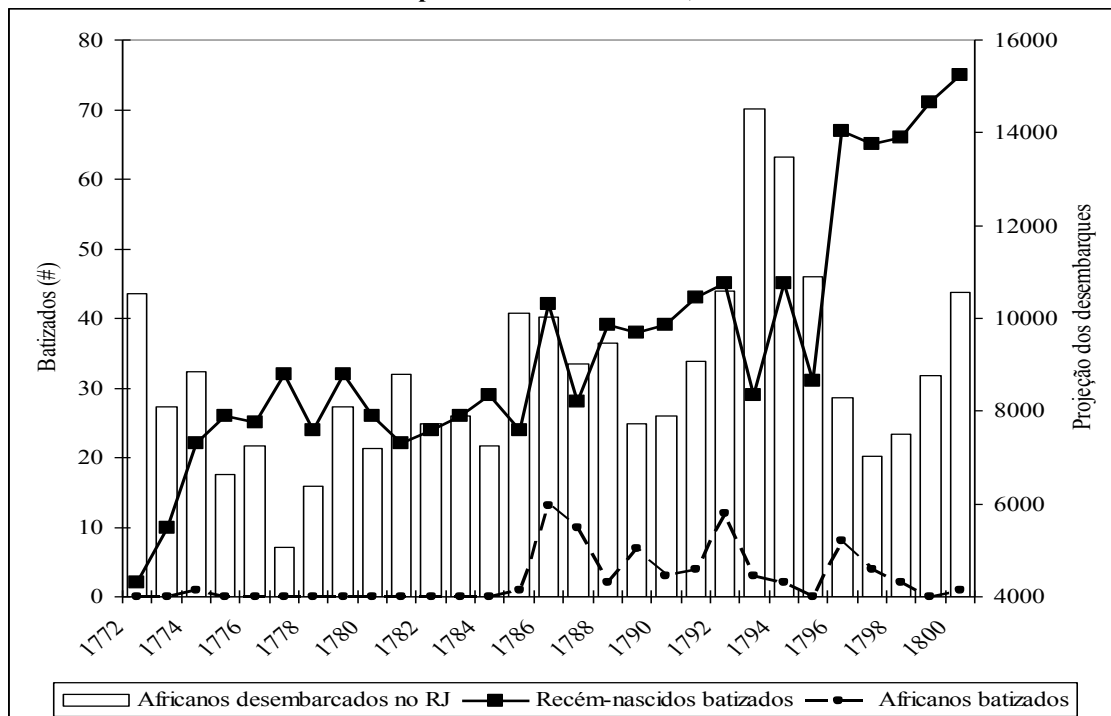
⁹ FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. Rio de Janeiro: PPGH-UFF, 2000. Dissertação de mestrado. p. 174. (manuscrito oferecido pelo autor).

¹⁰ CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 15-77. Em linhas gerais, as estimativas de Cavalcanti são semelhantes às elaboradas por Manolo Florentino, com pequenas diferenças em alguns anos. Ver FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 51; CAVALCATI, *idem*, p. 60. Quando comparados os dados de Cavalcanti com os obtidos no site do Slave Voyages, verifica-se que há diferenças no volume do tráfico (os valores deste são maiores do que daqueles) mas, ainda assim, há concordância nas tendências (o primeiro ápice, ao invés de acontecer em 1785, ocorre em 1786; o segundo, ao invés de 1793, ocorre um ano antes). Ver: *Slave Voyages*. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 03 de jan. de 2013.



Gráfico 1

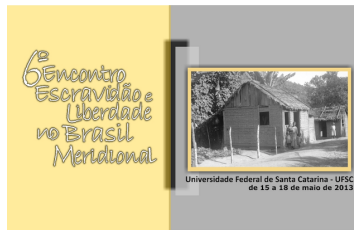
Frequência de batismo de escravos africanos e recém-nascidos em Porto Alegre e projeção de desembarque de cativos no porto do Rio de Janeiro, 1772 a 1800



Fonte: *Primeiro e Segundo livro de batismos de Porto Alegre*, Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (1º e 2º LBPoA, AHCMPA); CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 15-77. Aqui, p. 58 e 65.

Ao acompanhar a frequência de batismos de crianças e adultos em Porto Alegre, constatamos a existência de três padrões no tempo. Há um primeiro período de estabilidade dos batismos entre 1774 e 1785, com uma média de 26 rituais realizados anualmente. O segundo período ocorre entre 1786 e 1795, quando se intensifica expressivamente o batismo de crianças, com uma média de 44 registros anuais. Por fim, o terceiro período – que não passa de um recrudescimento da tendência anterior – inicia em 1796 e apresenta uma média anual de 72 batismos.

Elencamos duas hipóteses para explicar este quadro. A primeira delas é a intensificação do tráfico de cativos. Conforme os dados apresentados por Helen Osório e Gabriel Berute, houve um expressivo crescimento do tráfico na Capitania do Rio Grande, ao final do século XVIII e início do



XIX: o total de escravos negociados passou 328 em 1788 para um total de 852 em 1802¹¹. Não há, infelizmente, informações para o período anterior, no qual trabalhamos. Por esse motivo utilizamos projeções dos desembarques de escravos no Rio de Janeiro, as quais oferecem dados indiretos para testar a hipótese em questão.

De fato, chama muito a atenção o fato de as duas altas no número de batismos (em 1786 e 1796) serem precedidas por altas igualmente repentinas no número de africanos desembarcados no Rio de Janeiro. No ano de 1785, o aumento no tráfico foi de 40% em relação ao ano anterior; em 1793 e 94 ocorre uma nova elevação de quase 40%, quando se chegou ao pico do tráfico no período. É possível que o mercado de almas carioca tenha se saturado, de modo a explicar o abrupto decréscimo de desembarques nos anos posteriores. Com mais cativos no mercado, os preços deveriam ter baixado e tornou-se urgente desfazer-se do excedente. Foi nesse contexto que mais africanas foram encaminhadas para as escravarias sulistas nos anos de 1785 e 1796.

A frequência de batismos de africanos, por sua vez, reforça a hipótese levantada. Entre 1772 e 1785, um período de 13 anos, foram registrados apenas 2 batismos de adultos; nos 14 anos entre 1786 a 1800, por outro lado, o total chegou a 73 casos. Foi um crescimento imoderado. O tráfico carioca poderia se encontrar em um período de estabilidade da oferta¹², mas mesmo variações de pequena escala na disponibilidade de cativos no mercado poderiam causar consideráveis impactos em uma comunidade tão pequena quanto à freguesia de Porto Alegre.

A segunda hipótese elencada para explicar o aumento no número de cativos é o do crescimento da população de escravas crioulas em período biológico fértil. Os resultados decorrentes do amadurecimento das crioulas nascidas em Porto Alegre podem ser verificados por meio dos poucos registros que indicam o local de origem das mães. De 1786 a 1790 aparecem 7 registros de mães nascidas na freguesia. De 1791 a 1795, são 10 registros. Por fim, entre 1796 a 1800, aparecem outros 10 registros. Estes são indicadores mínimos relativos à participação de crioulas no aumento da natalidade da população cativa.

A interrelação entre tráfico e batismo de escravos, hipótese defendida inicialmente por

¹¹ OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 221; BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2006. Dissertação de mestrado. p. 40.

¹² Isso se estendermos o que Florentino classificou como o período de estabilidade do tráfico (entre 1790 – 1808) para a década de 1770, o que seria adequado ao considerarmos que houve a manutenção do padrão de desembarques de um período para o outro. Ver FLORENTINO, *idem*, p. 51; FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 49ss, CAVALCANTI, *idem*, p. 58 e 65.



Roberto Góes, foi um fenômeno comum a outras freguesias da região Sul-Sudeste da América portuguesa. Sabemos que, entre as décadas de 1750 e 1770, o total de desembarque de escravos não superou 95 mil indivíduos. Na década de 1780, entretanto, o total subiu a 119 mil. Na década de 1790, chegou-se a 131 mil¹³. Foi precisamente no período de crescimento do tráfico, iniciado por volta de 1790, quando se verificaram transformações nos padrões de nascimentos em Porto Alegre, bem como outras localidades, como em Curitiba e São João del Rey¹⁴.

O tráfico, portanto, condicionava o crescimento da população de duas maneiras estreitamente ligadas. Em primeiro lugar, fazia desembarcar homens e mulheres adultas em condições de trabalhar. Em segundo lugar, estas mulheres encontravam-se em condições de gerar seus primeiros filhos e criar suas famílias. Portanto, o crescimento da população de escravos de Porto Alegre, via tráfico, foi acompanhado pelo aumento de seu poder genésico.

Partiremos, agora, para a análise dos pais espirituais dos escravos de Porto Alegre. Na tabela seguinte, apresentamos a distribuição de padrinhos e madrinhas de crianças recém-nascidas, conforme a condição jurídica dos mesmos. Para avaliar os resultados encontrados, usamos como parâmetro os dados encontrados em São João del Rei, em Minas Gerais (entre 1771 e 1800), nas paróquias campistas de Salvador (nos períodos de 1754-1766 e 1753-88) e São Gonçalo (em 1770-86), nas freguesias cariocas de Jacarepaguá e Irajá (no século XVIII), em Curitiba (séculos XVII a XIX) e na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1755 e 1809). Saliente-se que todas estas localidades foram abastecidas pelos mesmos contingentes escravos, aqueles introduzidos na América portuguesa pelo porto do Rio de Janeiro e originários do Centro Oeste da África. Por isso, recordamos que as semelhanças encontradas em determinados resultados relativos aos escravos africanos podem estar além da mera coincidência e indicar práticas e costumes transatlânticos adaptados às situações encontradas sob o cativeiro.

¹³ Slave Voyages. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

¹⁴ Ver os casos, por exemplo, de Curitiba e São João del Rei, os quais apresentaram enorme crescimento no número de batismos a partir da década de 1780: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 277; BRÜGGER, Silvia. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 313-347.



Tabela 1
Condição jurídica de padrinhos e madrinhas de filhos de escravos em Porto Alegre, entre 1772 e 1800

Condição jurídica	Padrinhos		Madrinhas		Total	
	#	%	#	%	#	%
Escravos	351	33,5	344	32,9	693	33,2
Forros	114	10,9	111	10,6	225	10,7
Livres	558	53,3	389	37,1	947	45,2
Nenhum	24	2,3	203	19,4	227	10,9
Total	1047	100,0	1047	100,0	2094	100,0

Fonte: 1ª e 2ª LBPoA, AHCMPA.

Em Porto Alegre, constata-se o predomínio do apadrinhamento realizado por homens e mulheres livres, ainda que a dimensão da escolha de padrinhos escravos seja significativa, especialmente no que diz respeito às madrinhas. Comparemos estes dados.

As menores participações de escravos entre padrinhos encontram-se em localidades com escravarias de menor dimensão, muitas delas localizadas no ambiente urbano. Em São João del Rey, entre os anos de 1771 e 1800, 68% do conjunto de padrinhos e madrinhas era livre, enquanto os escravos representavam cerca de 25%. Em Curitiba, durante os séculos XVII, a primeira metade do XVIII e todo o XIX, os livres predominaram de maneira incontestável: a menor participação de padrinhos livres encontrada foi de 73% e a máxima de escravos, de 27%¹⁵. Entre as madrinhas, a menor participação das livres foi de 66% contra o máximo de 36% de escravas. Altos índices de padrinhos livres também foram encontrados em áreas urbanas da Bahia, na segunda metade do século XVII, onde 80% dos padrinhos eram livres e apenas 13%, escravos. Todos estes casos afastam-se do resultado encontrado em Porto Alegre, no final do século XVIII, pois nesta freguesia a participação de livres não chegou a ser tão alta, nem a diferença entre madrinhas livres e escravas, tão acentuada.

Por outro lado, a paróquia campista de São Salvador, com suas grandes propriedades açucareiras, a também campista freguesia de São Gonçalo, com suas fazendas de gado, a paróquia

¹⁵ BRÜGGER, *idem*; SCHWARTZ, *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 284. Sobre a estrutura de posse de escravos em Curitiba, ver LUNA, Francisco & COSTA, Iraci. A posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos econômicos*, São Paulo, 13(1), jan/abril 1983. p. 259-87. Aqui, p. 281.



carioca açucareira de Irajá e a Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro apresentaram participações mais elevadas de padrinhos cativos. Nessas localidades, os escravos representavam, respectivamente, 56, 55, 49 e 42% do total. É importante frisar que em todas essas localidades predominavam escravarias de maior dimensão¹⁶. Neste sentido, a constatação de Góes – segundo o qual a escolha dos padrinhos era, em grande medida, condicionado pelo tamanho da posse – é comum a todos os casos encontrados.

Portanto, a Porto Alegre das últimas décadas do século XVIII apresentava características que a tornavam um caso intermediário entre as freguesias e regiões com maior ou menor participação de escravos entre os padrinhos. O predomínio das pequenas escravarias, geralmente localizadas no núcleo urbanizado, e a intensificação da introdução de escravos africanos sobrepuseram-se aos efeitos produzidos pela maior extensão (em frequência e tamanho) das famílias pertencentes às posses rurais de Porto Alegre. Como resultado final, ocorreu o predomínio de padrinhos adultos livres, mas sem diminuir significativamente a importância dos padrinhos e, principalmente, das madrinhas cativas. Este quadro mais geral será confirmado pelas análises adiante apresentadas.

Quando separamos os padrinhos das madrinhas, verificamos que o sexo de quem apadrinhava representa uma variável importante. Em Porto Alegre, a diferença entre a participação de livres e de escravos padrinhos era bem maior que a encontrada entre as madrinhas. Se as mulheres livres superavam as escravas como madrinhas em apenas 4 pontos percentuais (37 contra 33%), este valor chegava a 20 pontos entre os padrinhos (53 contra 34%).

Esta configuração das relações de apadrinhamento em Porto Alegre assemelha-se àquele encontrado por Kjerfve e Brügger em São Salvador, em Campos dos Goitacases (entre 1754 e 1766), e por Schwartz, em Curitiba, durante a segunda metade do século XVIII. O padrinho livre era frequentemente visto como o protetor, aquele que poderia auxiliar e obter alguns benefícios, enquanto a madrinha escrava era a segunda mãe, que acompanhava o dia-a-dia do afilhado e cuidava de sua criação e bem-estar. Schwartz considera, inclusive, a possibilidade de a madrinha

¹⁶ FARIA, *A Colônia em movimento...*, *idem*, p. 320s; FRAGOSO, João. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria C. de (org.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 157 – 208. Aqui, p. 198; PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2009. Tese de doutorado. Aqui, p. 75, 83.



assumir o lugar da mãe em caso de morte da última¹⁷.

Chama atenção a participação dos padrinhos e madrinhas forros, que somam 11% do total. Apesar de ser um valor baixo se compararmos ao encontrado em São João del Rey, entre 1781 e 1790 (28%) e Jacarepaguá, Rio de Janeiro, entre 1750-9 (19%), é um resultado expressivo, ao considerarmos que a população de libertos de Porto Alegre somava apenas 6% em 1802. Nesse sentido, os padrinhos forros estavam sobre-representados em relação a sua participação no conjunto da população, de modo a indicar a valorização da escolha deste estrato enquanto padrinhos e compadres.

Na Tabela seguinte, distribuímos os padrinhos e madrinhas conforme condição jurídica e a situação de legitimidade dos afilhados.

Tabela 2
Condição jurídica de padrinhos e madrinhas segundo a condição de filiação das crianças batizadas em Porto Alegre, entre 1772 e 1800

Condição jurídica de padrinhos e madrinhas	Padrinhos de crianças				Madrinhas de crianças			
	Legítimas		Naturais		Legítimas		Naturais	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Livre	97	40,8	461	57,0	74	31,9	315	38,9
Forro	39	16,4	75	9,3	41	16,4	70	8,7
Escravo	101	42,4	250	30,9	100	42,0	244	30,2
Ausentes	1	0,4	23	2,8	23	9,7	180	22,2
Total	238	100,0	809	100,0	238	100,0	809	100,0

Fonte: 1º e 2º LBPA, AHCMPA.

Os dados são expressivos no que diz respeito ao papel dos padrinhos e madrinhas cativos para as crianças legítimas. Os pais casados escolhiam mais frequentemente companheiros de cativo como compadres e comadres, chegando ao ponto de os escravos aparecerem tanto quanto os livres na pia batismal. As madrinhas forras, especialmente, encontraram sua maior participação neste grupo, pois chegaram a 16%. Quando comparamos a porcentagem de padrinhos e madrinhas

¹⁷ Em São Salvador, 54% das madrinhas eram escravas, enquanto as livres somavam 31%. Em Curitiba, entre 1751 e 1773, 51% das madrinhas eram escravas, total que se viu reduzido para 42% entre 1780 e 1799. Ver KJERFVE, Tânia; BRÜGGER, Silvia. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, jun. 1991, p. 223 - 238. p. 230; SCHWARTZ, *Escravos, roceiros e rebeldes*, *idem*, p. 283s.



livres e as ausências de padrinhos, constatamos que as menores frequências encontram-se entre os filhos legítimos. Por exemplo, a ausência de madrinhas entre as crianças legítimas soma 10% e, entre as naturais, chega a 22%.

As mães solteiras, por sua vez, tiveram por compadres e comadres mais frequentes pessoas livres, enquanto a participação de forros é menor. Percebe-se, também, maior ausência de padrinhos e madrinhas, especialmente das últimas. Estas ausências levaram a uma redução das madrinhas livres em relação aos padrinhos livres, mas não das escravas e forras em relação aos padrinhos da mesma condição jurídica. Portanto, quando comparados aos padrinhos do mesmo estrato social, a relevância dada às madrinhas livres entre as mães solteiras é menor, mas não no que diz respeito às madrinhas escravas e forras.

Há localidades que apresentaram resultados semelhantes aos de Porto Alegre. A preferência de padrinhos escravos por casais cativos em São Salvador dos Campos de Goitacases é entendida por Kjerfve e Brügger como um esforço dos cativos em reforçar a inserção da família na comunidade negra; por outro lado, a escolha de padrinhos livres por mães solteiras resulta do interesse em obter ajuda para questões futuras, devido à falta do pai da criança. João Fragoso, ao comparar os tipos de padrinhos escolhidos por casais mistos de africanos e crioulos e casais africanos em Irajá, constatou que os últimos tendiam escolher compadres de diferentes estratos sociais, ainda que os mais frequentemente escolhidos fossem os escravos, enquanto os primeiros escolhiam predominantemente companheiros da própria escravaria. Para o autor, a estratégia dos escravos de primeira geração era a da diversificação das alianças, enquanto a dos de segunda ou terceira geração era a reforçar os laços no interior da comunidade de cativos. Flávio dos Santos Gomes, ao analisar os registros de casamentos de escravos de Campo Grande, constatou um comportamento semelhante, pois os escravos africanos escolhiam principalmente testemunhas (entendidas como compadres) livres, enquanto os escravos crioulos da geração seguinte optavam por testemunhas escravas¹⁸.

Tais interpretações são úteis para entender a configuração das relações de compadrio e apadrinhamento em Porto Alegre. Os casais escravos unidos diante da Igreja provavelmente dispunham de maior tempo de convivência na localidade, pertenciam a escravarias maiores, como

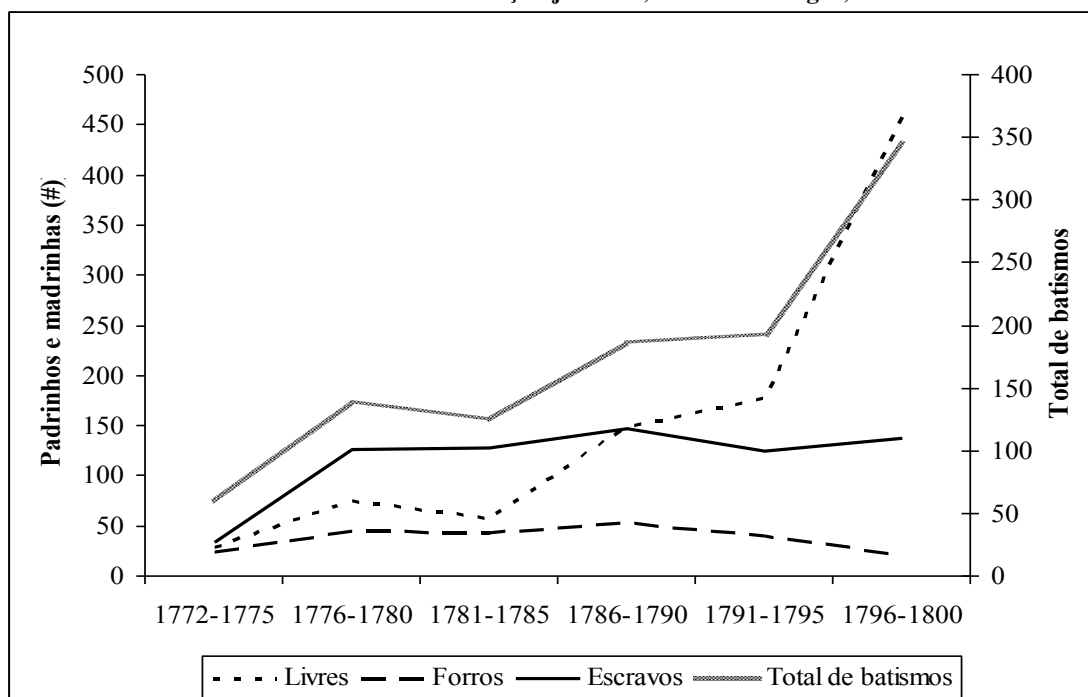
¹⁸ KJERFVE e BRÜGGER, *idem*, p. 234; FRAGOSO, O Capitão João Pereira Lemos, *idem*, p. 202s; GOMES, Flávio dos Santos. Africans and slave marriages in eighteenth-century Rio de Janeiro. *The Americans*, n. 67:2, Baltimore, Out. de 2010. p. 153-184. Aqui, p. 173ss.



também possuíam relações mais estáveis com um maior número de pessoas. As mães solteiras, por sua vez, mais frequentemente pertenciam a pequenas escravarias. Especialmente se fossem escravas recém-desembarcadas, era-lhes mais urgente tecer relações com o estrato livre da população do que com o escravo. Em um Mundo Novo e perigoso, talvez a escolha mais sensata para obter alguma proteção aos próprios filhos fosse conjugar o apoio de um homem livre com maiores recursos com auxílio cotidiano prestado pelas companheiras de labuta.

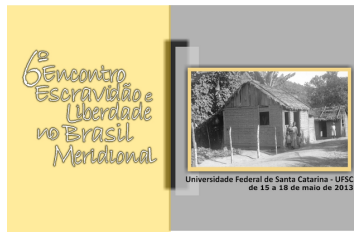
Para refinar a análise, incorporamos uma nova variável neste estudo: o tempo e a dinâmica do tráfico de escravos. Tráfico, este, medido pelo número de batismos. Esta análise pode brindar-nos a possibilidade de avaliar a dinâmica da escolha dos padrinhos e alguns dos efeitos “políticos” resultantes da flutuação do tráfico e da intensificação da entrada de cativos na freguesia. No gráfico seguinte, apresentamos a distribuição de padrinhos e madrinhas conforme condição jurídica e outras variáveis.

Gráfico 2
Padrinhos e madrinhas conforme condição jurídica, em Porto Alegre, entre 1772 e 1800



Fonte: 1ª e 2ª LBPoA, AHCPMA.

O gráfico demonstra que o predomínio dos livres como padrinhos e madrinhas não foi uma



constante no tempo. Em realidade, eram os escravos os compadres e comadres mais frequentemente convocados até o quinquênio iniciado em 1781. O quadro mudou apenas no quinquênio de 1786, no qual a participação de livres e escravos foi equilibrada, com apenas 4 registros de vantagem para os primeiros. A partir de 1791 e, especialmente, no quinquênio iniciado em 1796, os livres passaram à frente e dominaram o apadrinhamento de cativos de maneira inconteste¹⁹.

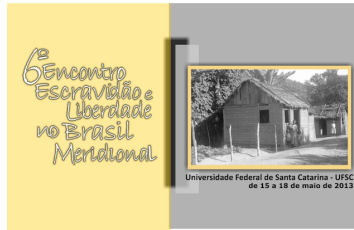
Ora, as mudanças na escolha de padrinhos e madrinhas ocorrem justamente nos momentos de “saltos” no número de batismos. Saltos, estes, que são resultados de prováveis intensificações no tráfico de escravos no Rio Grande, ocorridos no contexto dos picos de desembarque de africanos no Rio de Janeiro em 1785-6 e 1793-4. Portanto, as flutuações no tráfico parecem ter condicionado expressivamente as tendências de escolha dos compadres dos cativos.

A associação entre estabilidade no tráfico de escravos originários do Centro-Oeste africano e a maior incidência de escolha de padrinhos escravos é uma característica de muitas regiões da América portuguesa durante a segunda metade do século XVIII²⁰. Como vimos, nas freguesias cariocas de Irajá e Jacarepaguá e nas campistas de São Gonçalo e São Salvador, os escravos dominavam o apadrinhamento dos filhos dos companheiros de maneira inconteste. Em Curitiba, o único período de predomínio de padrinhos escravos entre os séculos XVII e XIX foi, justamente, durante a segunda metade do XVIII. Na fronteira Oeste do Rio Grande, também, os escravos eram a maioria. Dos casos apresentados, apenas em São João del Rey, no período em foco, com sua estrutura de posse escrava caracterizada por pequenas escravarias, a escolha de padrinhos cativos foi inferior a de padrinhos livres.

O caso de Porto Alegre, portanto, enquadra-se em contexto mais amplo no que diz respeito à formação das redes espirituais que ligavam os escravos à sociedade. Havia, no entanto, duas particularidades atinentes à freguesia em foco: não apenas esta foi criada nas últimas décadas de estabilidade do tráfico, como o período de predomínio de relações de compadrio envolvendo cativos foi muito curto. Em um período de trinta anos, a distribuição de escolha de padrinhos pelos escravos de Porto Alegre mudou radicalmente. Se nos primeiros quinquênios havia forte semelhança com o

¹⁹ Há forte sub-registro de forros em todos os períodos, que foram amenizados principalmente nos primeiros quinquênios. A presença de forros nos últimos anos é maior, provavelmente, que a restirada. Este fenômeno de gradativo abandono da designação de “forro” ou liberto foi verificado por Silvia Brügger em São João del Rey (*idem*, p. 326).

²⁰ Os dados relativos ao volume do tráfico podem ser encontrados no site do *Slave Voyages*; sobre as transformações do tráfico a partir da década de 1790 e seus impactos na formação das famílias escravas, ver FLORENTINO, *Em costas negras...*, *idem*; FLORENTINO e GÓES, *A paz nas senzalas*, *idem*.



padrão encontrado nas freguesias do Rio de Janeiro e de Campos dos Goitacases, nas quais os escravos escolhiam seus companheiros como padrinhos, no período final a situação tornou-se quase similar ao caso de São João del Rey, onde os escravos escolhiam principalmente pessoas livres como compadres. Tal alteração nas tendências de escolha de padrinhos pode tornar-se mais inteligível a partir da apreensão da mudança na estrutura de posse de escravos na freguesia.

A população de Porto Alegre cresceu bruscamente entre 1780 e 1802, em grande medida devido ao tráfico. Neste processo, as pequenas posses aumentaram numericamente em detrimento das maiores, ao menos entre 1779 e 1792. No que diz respeito à distribuição dos escravos entre as diferentes faixas de posse, foram as intermediárias as que mais “perderam” membros. Se o diminuto tamanho era característico das posses urbanas, então podemos especular que foram estas as que aumentaram no período em questão. A partir deste quadro mais amplo de transformação demográfica, podemos pensar as formas de convívio dos escravos.

Nos primeiros quinquênios após a criação de Porto Alegre, no contexto de provável estabilidade do tráfico que se seguiu até meados de 1780, deveria haver um número significativo de escravos mais antigos que se encontravam melhor situados na freguesia. Eles possuíam a estima e a confiança de seus companheiros, fossem casados ou mães solteiras, os quais lhes confiaram o cuidado de seus filhos. Nesse período, os homens e mulheres libertos, alguns deles compadres de livres, eram vistos com particular distinção pelos escravos.

Este ambiente deve, também, ter garantido uma margem maior de escolha dos padrinhos por parte de alguns escravos. Como o exemplo adiante apresentado mostrará, os proprietários mais antigos, com vínculos sociais já estabelecidos e possuidores de outros cativos, viam os filhos de suas escravas serem batizados por escravos próprios ou de parentes ou vizinhos. Os laços espirituais que ligavam escravos formavam-se, assim, no interior da rede social senhorial. Por isso, é plausível supor que uma maior liberdade na escolha de padrinhos por parte dos cativos não fosse um problema para os senhores.

No entanto, o crescimento da população levou à gestação de um novo ambiente social, repleto de homens e mulheres recentemente retirados da África. Ao mesmo tempo, mais e mais pessoas livres e libertas chegavam para estabelecerem-se na freguesia, algumas das quais conseguiam comprar seus primeiros cativos. As condições para escolha de padrinhos e madrinhas por parte dos escravos alteraram-se profundamente. Especialmente no caso das escravas moradoras do núcleo urbanizado, pois bastava que saíssem à rua para que se vissem acompanhadas de outros



tantos negros novos. Deveriam eles ainda balbuciar o português e possuir limitadas relações. As restrições à sua liberdade deveriam ser maiores e míseros os direitos conquistados. Baseados neste contexto, especulamos que, se as escravas novas tornadas mães pudessem e desejassem escolher outro cativo como padrinho, suas opções seriam muito reduzidas. Mais fácil seria encontrar algum indivíduo livre capaz de assumir as responsabilidades de compadre e padrinho.

A transformação demográfica em Porto Alegre pode, também, ter forçado uma maior intervenção senhorial na escolha dos padrinhos das crianças cativas, especialmente nas escravarias de pequena dimensão. Os proprietários de um ou dois escravos adultos, que tiveram aumentada sua participação no conjunto da população entre 1782 e 1792, não possuíam outros cativos para apadrinharem as crianças nascidas. Devido ao aumento da população livre não detentora de escravos²¹ e à chegada massiva de africanos, os pequenos proprietários viram-se com reduzido leque de aliados (vizinhos, parentes ou compadres) possuidores de escravos já ladinos, capazes e dispostos a proteger jovens crianças. Neste contexto, é plausível supor que tais senhores encontrassem maior margem de intervenção na escolha dos padrinhos de seus cativos recém-nascidos, especialmente para que os laços espirituais formados não estivessem fora das suas próprias redes de relacionamento. Por isso, a escolha do padrinho passou recair mais frequentemente entre pessoas livres.

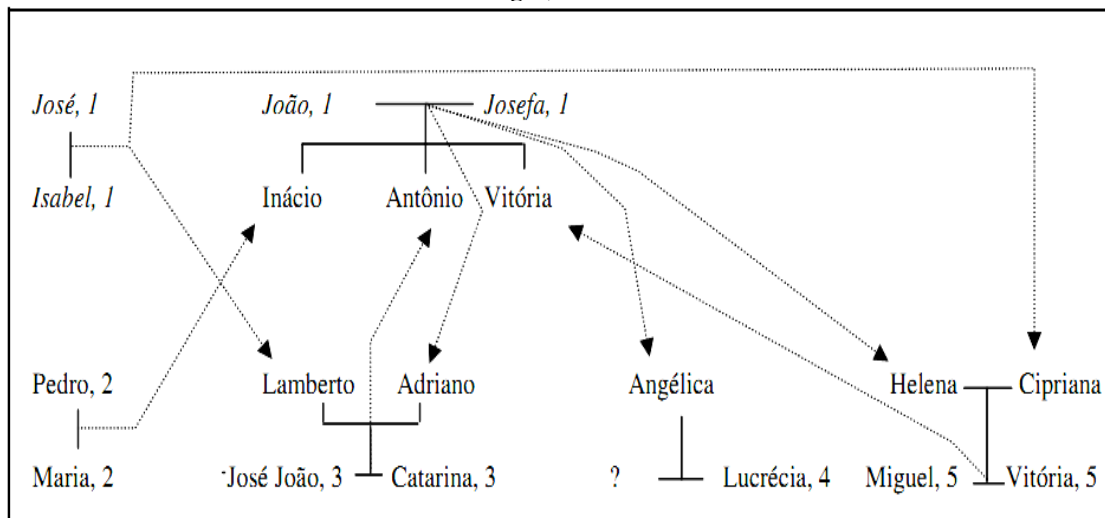
Para encerrar este artigo, apresentaremos as redes de compadrio formados a partir da escravaria do açoriano Alexandre da Costa Luis, um dos lavradores mais antigos da localidade. Ele era proprietário de uma data de terras, possuía muitos escravos para os parâmetros locais e seus filhos e genros possuíam também terras e significativo número de cativos. A partir desta rede, teceremos algumas considerações sobre o local reservado ao compadrio dentro do processo de formação de famílias cativas.

²¹ Conforme vimos no capítulo 3 de nossa dissertação, de 1782 para 1792, o número de domicílios escravistas aumentou, mas não acompanhou o crescimento da população livre. Como resultado, tais domicílios passaram de 62 para 52% do total. Neste processo, o tamanho das escravarias foi reduzido, pois o número mediano de cativos passou de 3 para 2. Os proprietários com até 4 cativos, que eram 68% dos senhores e possuíam 36% dos escravos, passaram a 74% dos senhores e a possuir 39% dos cativos (Fonte: *RCPA*, AHCMPA).



Diagrama 1

Relações de apadrinhamentos nucleadas pelo casal João e Josefa, escravos do lavrador Alexandre da Costa Luis, em Porto Alegre, entre 1772 e 1800.



Referências:

- 1, em itálico: Escravo de Alexandre da Costa Luis.
- 2: Escravo de Antão Pereira, vizinho de Alexandre da Costa.
- 3: Escravo de Diogo Inácio de Barcelos, genro de Alexandre da Costa.
- 4: Escravo de Manuel Garcia, genro de Alexandre da Costa.
- 5: Escravo de Manuel da Silva Ferreira, genro de Alexandre da Costa.

F: Forro.

?: Pai incógnito.

[Nome]: Suposição de matrimônio consensual e paternidade.

-----> Relação de apadrinhamento.

----- Relação de parentesco.

Fonte: 1º e 2º LBPoA, AHCMPA.

João e Josefa, escravo de Alexandre da Costa, escolheram ou foram escolhidos como compadres dos escravos de Manuel da Silva Ferreira, Manuel Garcia e Diogo Inácio de Barcelos, todos, genros de Alexandre da Costa. Há relações de compadrio também com escravos de lavradores proprietários de datas, como os de Antão Pereira. Foi incluída no diagrama a participação dos escravos José e Isabel, também tornados compadres dos escravos dos genros de Alexandre da Costa.

As redes de apadrinhamento nucleadas pelos escravos João e Josefa permitem algumas observações interessantes. A primeira delas refere-se a um comportamento frequente na zona rural de Porto Alegre: as escravarias de parentes e vizinhos dos senhores serviam como reservas de parentes para os cativos. As redes familiares e de amizade dos senhores, portanto, permitiam a expansão das próprias redes sociais e espirituais dos cativos. Tal comportamento, de escolher



padrinhos e madrinhas residentes na localidade, foi verificado nas freguesias de Viamão (vizinha de Porto Alegre) e Vacaria. Para Bruna Sirtori e Tiago Gil, este é um forte indicativo da importância das relações quotidianas para os escravos e, mesmo, de relativa autonomia²².

A segunda observação diz respeito à ocorrência de escolhas reversas de padrinhos. João e Josefa foram escolhidos como padrinhos da filha de Manuel e Vitória e de uma filha de Catarina e João, casais, estes, escravos de genros de Alexandre da Costa. Ao mesmo tempo, João e Josefa tiveram filhos apadrinhados pelos mesmos casais. Se, como aponta Gudeman, a escolha reversa de padrinhos indica uma relação simétrica entre os envolvidos²³, então estes escravos consideravam-se como verdadeiros parceiros e os sentimentos de compromisso e responsabilidade deveriam ser recíprocos.

O terceiro aspecto recobre-se de especial valor. Alguns dos casais do diagrama tiveram um casamento relativamente tardio, mas compareceram – antes de casarem – quase sempre juntos no batismo de seus afilhados. A escrava Josefa teve 7 filhos entre 1775 e 1790. Os três primeiros são naturais, incluindo Antônio e Vitória, enquanto os quatro últimos são legítimos, todos eles concebidos junto ao escravo João, com o qual se casou em 1782. No entanto, antes do casamento, em 1781, João e Josefa apadrinharam um de seus afilhados, Adriano.

Catarina, escrava de Diogo Inácio de Barcelos, genro de Alexandre Luis, possui uma história semelhante. Ela teve 7 filhos entre 1777 e 1790. Seus quatro primeiros filhos são naturais e os três últimos gerados com o escravo João, com o qual casou no ano de 1786. Catarina apadrinhou três crianças, ou com o escravo José, ou com o João, sendo que os dois primeiros rituais aconteceram antes do casamento. Ao observar a escravaria de Diogo Inácio no *rol de confessados* de 1790, constatamos que o único escravo homem chama-se José João, provavelmente o esposo de Catarina e seu acompanhante nos três rituais de batismo.

O padrão repete-se com Vitória, escrava de Manuel da Silva Ferreira, genro de Alexandre da Costa. Curiosamente, ela também tem 7 filhos, entre os anos de 1777 e 1791, sendo que os quatro primeiros são naturais e os três últimos, legítimos, a partir de 1785, ano do casamento com o escravo Miguel. Pois bem, Miguel apadrinha quatro crianças escravas ao lado de Vitória, duas delas

22 SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011. p. 1-20; _____. Bom dia, padrinho: espaço e parentesco na formação de redes entre cativos nos Campos de Vacaria, 1778-1810. *Revista Brasileira de História do Brasil*, v. 10, n. 1 e 2, jan-dez., 2008, p. 142-160.

23 GUDEMAN, S. Spiritual Relationships and Selecting a Godparent. *Man*, New Series, Vol. 10, No. 2, Jun., 1975, pp. 221-237. Aqui, p. 222.



em 1782, anos antes do casório.

A prática de casais – mesmo em relações consensuais – apadrinharem filhos de outros escravos parece ter sido uma regra. Isabel, também escrava de Alexandre da Costa, apadrinhou duas crianças, uma em 1779 e outra em 1781, com José. Este casal teve três filhos entre 1772 e 1778, a maioria apadrinhada por outros escravos.

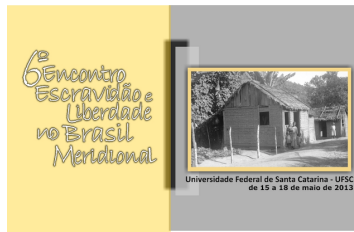
Como verificou Hameister entre os escravos da elite de Rio Grande, os cativos utilizaram das relações de apadrinhamento e compadrio para reinventarem suas famílias²⁴. Ora, os escravos dos lavradores de Porto Alegre demonstraram, por meio de suas práticas espirituais, comportamento semelhante. Os escravos reconheciam diante da comunidade e da Igreja Católica as relações afetivas de cônjuges cativos por meio da escolha dos últimos como compadres. Tal reconhecimento deveria ser especialmente importante para os casais consensuais formados nas escravarias de limitada dimensão de Porto Alegre, como o demonstra o caso dos escravos de Alexandre da Costa. Se havia dificuldade na realização casamento, o ritual do batismo tornava-os pai e mãe espirituais da criança recém-nascida para a comunidade cristã. Portanto, para cônjuges não casados na Igreja, serem escolhidos conjuntamente como padrinho e madrinha poderia significar a legitimação, ainda que imperfeita, da situação afetiva. No mínimo, este padrão de escolha serve-nos como um indício dos mecanismos disponíveis de reconhecimento de famílias criadas sob o cativeiro.

O reconhecimento de casais consensuais é acompanhado, por vezes, pela escolha reversa de padrinhos. Tal mecanismo implica no reforço da estrutura do núcleo familiar ao criar um vínculo parental socialmente reconhecido entre dois grupos que passam a se tratar reciprocamente. Frente à falta de pais, irmãos, genros e cunhados, deixados nas terras de origem, os escravos passaram a compadres e comadres para formar suas famílias. Supomos, portanto, que o compadrio e o apadrinhamento, nestes casos, devem ser entendidos como paliativos contra o desterro e o rompimento dos vínculos consanguíneos e de afinidade originais, pois tais práticas promoviam a ampliação e o reforço de cada família. As relações espirituais criadas no batismo – apropriadas da cultura dominante – tornaram-se, portanto, parte elementar da estrutura familiar de alguns dos escravos de Porto Alegre²⁵.

Concluiremos este trabalho com duas rápidas reflexões. A primeira, diz respeito à

²⁴ HAMEISTER, Martha. *Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006. Tese de doutorado. p. 317ss.

²⁵ GUDEMAN, *Spiritual Relationships...*, *idem*, p. 48.



possibilidade de surgimento de espaços de convivência e criação de laços entre escravos de posses muito menores que as grandes escravarias do Sudeste brasileiro. Diferentes autores, como Mattos, Slenes, Góes e Florentino, enfatizam a possibilidade de criação de comunidades escravas nestas grandes propriedades. O raciocínio é inegavelmente correto, visto que nessas propriedades as famílias formavam-se com maior facilidade. No entanto, os autores não deram atenção adequada às possibilidades de convivência escrava nas posses de menor dimensão.

A reflexão sobre os grupos de convivência de escravos criados em locais com pequenas posses encontra sua versão mais clara na obra de Carlos Engermann, um estudo sobre as escravarias de grandes lavouras cariocas no século XIX, no qual enfatizou a relação entre tamanho das escravarias e formação de comunidades escravas. Para o autor, seria nas grandes escravarias onde os cativos poderiam criar um sentimento de coletividade, de modo a ritualizar e compartilhar importantes momentos da vida, como o nascimento e a morte. Poderiam cultivar a memória de entes queridos. Nas grandes escravarias, também, poderiam ser geradas desigualdades, de modo a conferir um acréscimo de auto-estima aos que logravam subir na exígua escala social do cativeiro e, a outros, um segundo sentimento de fracasso. Nas pequenas posses, pelo contrário, nada disso seria possível, pois o círculo de companheiros seria muito limitado. Segundo o autor, “a vida e aquilo que ela abrigava de importante para um escravo de um pequeno plantel corria um grande risco de ser esquecido, perdido, portanto, passados alguns anos de seu sepultamento”²⁶.

Temos motivos para relativizar as conclusões de Engemann. Em Porto Alegre, assim como em Rio Grande, Vacaria e Viamão, a menor dimensão das posses rurais não criou obstáculos à difusão do compadrio entre cativos. Quando não era possível escolher compadres no interior de uma mesma escravaria, escolhiam-se os escravos dos parentes do senhor ou da vizinhança. Deste modo, os estreitos limites das pequenas e médias escravarias da freguesia não impediam o estreitamento dos laços entre os escravos. Por ora, é difícil abordar o problema da comunidade escrava com os dados disponíveis, mas há, aqui, um indício da possibilidade de sua formação e, talvez, de perpetuação no tempo.

A segunda reflexão diz respeito ao significado político do estabelecimento da família escrava. Os dados disponíveis não nos permitem avançar por território tão inóspito e desconhecido. Em princípio, concordamos com Fragoso, acompanhado por Hameister, para os quais os vínculos

²⁶ ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 139ss.



criados entre escravos de senhores de uma mesma família poderiam lhes dar, “o sentimento de compartilhar compromissos em comum [...] sob o signo da *casa* [senhorial]”²⁷. Especialmente no caso dos escravos de Manuel de Ávila de Souza, o açoriano que passou a fazer parte do mundo social da elite agrária regional.

Por outro lado, os escravos formavam redes de solidariedade e obrigação entre si, paralelas às relações de obediência estabelecidas junto ao proprietário. Percebe-se pela análise que os escravos viam-se numa situação de lealdade cruzada: deveriam ser obedientes aos senhores, mas eram também comprometidos com seus compadres e companheiros. Essa configuração das relações levava a uma situação de ambiguidade, a qual poderia redundar em tensão. No momento de uma disputa, a quem o escravo deveria apoiar, ao senhor ou ao seu compadre? Sem dúvida o senhor usufruía de posição privilegiada nesta disputa²⁸, mas nada garantia ao senhor a conquista da simpatia de seu escravo. Mesmo que a criação da família pudesse favorecer a dominação senhorial, as redes entre cativos serviam como um verdadeiro capital relacional no processo de (re)definição dos limites entre os interesses senhoriais e os dos próprios cativos. Como os alicerces da escravidão não poderiam ser postos em cheque, este era o jogo possível de ser jogado.

Bibliografia

BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2006. Dissertação de mestrado.

BRÜGGER, Silvia. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 313-347.

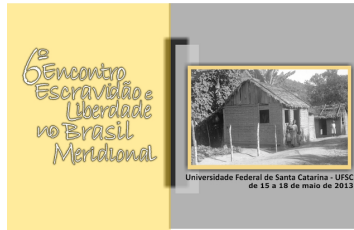
CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 15-77.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 139ss.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 306

²⁷ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243 – 294. Aqui, p. 266.

²⁸ Ver, por exemplo SLENES, Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luis Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290 p. 278.



FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. Rio de Janeiro: PPGH-UFF, 2000. Dissertação de mestrado. p. 174. (manuscrito oferecido pelo autor).

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243 – 294.

GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationships and Selecting a Godparent. *Man*, New Series, Vol. 10, No. 2, Jun., 1975, pp. 221-237.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João (Org.). *Escravidão & Invenção da Liberdade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

HAMEISTER, Martha. *Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006. Tese de doutorado.

OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011. p. 1-20.

SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luis Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.